



APLICAÇÕES DE TÉCNICAS AVANÇADAS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ORGANIZAÇÃO

Ernesto Friedrich de Lima Amaral

Guilherme Quaresma Gonçalves

Samantha Haussmann Rodarte Faustino

FINO TRACO



trabalh^{coleção}&desigualdade

*Aplicações de técnicas avançadas
de avaliação de políticas públicas*

ORGANIZAÇÃO

Ernesto Friedrich de Lima Amaral

Guilherme Quaresma Gonçalves

Samantha Haussmann Rodarte Faustino

FINO TRACO



EDITORIA

Todos os direitos reservados à Fino Traço Editora Ltda.

© Ernesto Friedrich de Lima Amaral, Guilherme Quaresma Gonçalves,
Samantha Haussmann Rodarte Faustino

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido
por qualquer meio sem a autorização da editora.

As ideias contidas neste livro são de responsabilidade de seus organizadores e autores
e não expressam necessariamente a posição da editora.

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação | Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

A652

Aplicações de técnicas avançadas de avaliação de políticas públicas [recurso eletrônico] / organização Ernesto Friedrich de Lima Amaral, Guilherme Quaresma Gonçalves, Samantha Haussmann Rodarte Faustino. - 1. ed. - Belo Horizonte, MG : Fino Traço, 2014.

Recurso digital : il. (Trabalho & desigualdade ; 17)

Formato: Epdf

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-85-8054-215-8

1. Política pública. 2. Política pública - Brasil. 3. Livros eletrônicos. I. Amaral, Ernesto Friedrich De Lima. II. Gonçalves, Guilherme Quaresma. III. Faustino, Samantha Haussmann Rodarte. IV. Série.

14-16703

CDD: 320.9

CDU: 32

CONSELHO EDITORIAL COLEÇÃO TRABALHO E DESIGUALDADE

Celi Scalon | UFRJ

Jorge Alexandre Neves | UFMG

Magda Neves | PUC-MG

Nelson do Valle Silva | IUPERJ

Sergei Soares | IPEA

Tom Dwyer | UNICAMP

FINO TRAÇO EDITORA LTDA.

Av. do Contorno, 9317 A | 2º andar | Barro Preto | CEP 30110-063
Belo Horizonte. MG. Brasil | Telefax: (31) 3212 9444
finotracoeditora.com.br

- 1 *Utilização de metodologias de avaliação de políticas públicas no Brasil* | Iara Lima Vianna, Ernesto Friedrich de Lima Amaral 15
- 2 *Avaliação das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família: uma análise com o Censo Demográfico do Brasil de 2010* | Ernesto Friedrich de Lima Amaral, Guilherme Quaresma Gonçalves 39
- 3 *Políticas de transferências condicionadas de renda e a taxa de distorção idade/série: uma análise do Censo Escolar, 1995, 2002 e 2012* | Samantha Haussmann Rodarte Faustino, Fábio César Araújo Costa 73
- 4 *Estudo sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a formação de professores da educação básica, 2003, 2005 e 2011* | Dandara Bispo Pimenta, Ernesto Friedrich de Lima Amaral 113
- 5 *A política pública do bônus sociorracial na UFMG: avaliação do acesso pelo vestibular, 2008, 2009 e 2010* | Alan Vítor Coelho Neves, Ernesto Friedrich de Lima Amaral, André Braz Golgher 153
- 6 *Ensino profissionalizante como política de aproveitamento do dividendo demográfico: Minas Gerais, 2011* | Bárbara Avelar Gontijo, Ernesto Friedrich de Lima Amaral 197
- 7 *Vulnerabilidade no espaço urbano: análise da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2000* | Natália Almeida Fares Menhem, Ernesto Friedrich de Lima Amaral 237
- 8 *Avaliação de políticas habitacionais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2010* | Ernesto Friedrich de Lima Amaral, Magna Maria Inácio, Fabrícia de Almeida Costa 283

- 9 *Análise de pacientes com condições crônicas e a ocorrência de internações hospitalares no Brasil e Minas Gerais, 1998, 2003, 2008 e 2011* | Pedro Cisalpino Pinheiro 317
- 10 *Correlação entre o recebimento de auxílios e o rendimento de trabalhadores no Brasil, 2001–2011* | Samantha Hausmann Rodarte Faustino, Guilherme Andrade Silveira, Isabella Rafael Horta Londe 359
- 11 *Posição relativa do rendimento do trabalho do pequeno produtor familiar (1976–2005): algo mudou com o Pronaf?* | Jorge Alexandre Barbosa Neves, Florence Fiuza de Carvalho, Daniete Fernandes Rocha 405
- 12 *O impacto do Parlamento Jovem sobre a confiança dos jovens mineiros, 2008* | Guilherme Quaresma Gonçalves, Gabriel Ávila Casalecchi, Mario Fuks 433
- Sobre os organizadores e autores* 463

Prefácio

A avaliação de impactos de políticas públicas não é uma atividade trivial. Precisamos utilizar técnicas apropriadas para buscar uma análise que permita a verificação dos efeitos de políticas sociais. O problema fundamental da avaliação de impacto é que a unidade de observação (indivíduo, domicílio, município ou país, por exemplo) não é observada simultaneamente em dois estados. Uma mesma unidade não pode fazer parte do grupo de tratamento e controle ao mesmo tempo (o verdadeiro contrafactual não existe). Precisamos, então, buscar unidades para os dois grupos que sejam o mais semelhantes entre si. Porém, as unidades que fazem parte do grupo de tratamento podem ter passado por algum processo seletivo ou autosseleção. Esta seleção diminui a semelhança entre o grupo de tratamento (beneficiários) e o grupo de controle (não beneficiários).

Quanto aos modelos para avaliação de impactos, os métodos de estimação de impacto dependem do desenho da avaliação. Em desenhos experimentais, há uma atribuição aleatória da oportunidade de participar em programas sociais. Nesse caso, há a seleção aleatória de regiões e indivíduos beneficiários da política e daqueles que serão o controle. A única diferença entre grupos de tratamento e controle é o ingresso no programa. Há uma avaliação sistemática e uma mensuração dos resultados em distintos momentos da implementação do programa. Se a seleção é aleatória, pode-se dispensar a avaliação anterior à política para ambos os grupos. Por sua vez, em desenhos quase-experimentais, o controle é construído com base na propensão do indivíduo de ingressar no programa. Busca-se obter o grupo de comparação que corresponda ao grupo de beneficiários, com base em certas características (sociais, demográficas, econômicas...). Há então a estimação da probabilidade de um indivíduo de participar do programa.

O grupo de controle é emparelhado ao grupo de tratamento, buscando comparar grupos em que a única diferença seja o recebimento da política. Isso pode ser realizado com modelos de regressão multivariadas ou com técnicas de escore de propensão, por exemplo. Os efeitos são estimados ao comparar grupos de tratamento e controle, antes e depois do programa. Por fim, em desenhos não experimentais, há ausência de grupo de controle e/ou de análises temporais, o que torna mais difícil isolar causas que geram impactos na variável de interesse. Pode ser realizada análise reflexiva para estimar efeitos dos programas com a comparação de resultados obtidos pelos beneficiários antes e depois do programa. É possível ainda utilizar dados secundários para construir grupos de controle que possam ser comparados aos dados primários de grupos de tratamento.

Nesse caso, é preciso esclarecer que o “pseudogrupo de controle” pode não se referir às mesmas unidades geográficas do grupo de tratamento, já que dados secundários geralmente são adquiridos de agregações geográficas maiores.

Em geral, assim como em outras atividades das Ciências Humanas, não possuímos experimentos controlados. Por isso, precisamos deixar claras as limitações de nossas análises. Muitos estudos que visam realizar avaliação de impactos de políticas usam métodos inapropriados para inferir sobre a causalidade entre dois eventos. Há confusão entre o que é uma associação (correlação) entre variáveis e o que pode ser inferido como uma relação causal. É claro que análises descritivas apresentadas na forma de correlações entre variáveis possuem o seu valor. Porém, há um risco de realizar análises, mesmo que por meio de regressões ou outros métodos estatísticos, sem explicar os limites das análises, quanto à estimação e interpretação de causalidades. Os pesquisadores, muitas vezes, examinam suas regressões pensando na causalidade entre eventos, sem especular sobre os mecanismos e problemas implícitos nesta análise, tais como: relações espúrias, efeitos de variáveis não observadas ou omitidas, problemas de causalidade reversa, problemas de autosseleção, valores extremos (“outliers”), valores em branco (“missing”) e amostras não probabilísticas.

Sabemos que é difícil possuir dados que permitam estimar modelos que levem em consideração diferentes direções de impactos diretos e indiretos entre as variáveis (modelos de equações estruturais). Também não é comum possuir dados que permitam mensurar diferentes níveis de impactos das variáveis (individuais, domiciliares, escolares e municipais, por exemplo), o que possibilitaria a estimação de modelos hierárquicos. Apesar dessas limitações, muito pode ser realizado com diferentes técnicas estatísticas na avaliação de efeitos e impactos de políticas públicas, mesmo com modelos de análises quase-experimentais e não experimentais.

Este livro busca apresentar os resultados de trabalhos ligados à aplicação de diferentes técnicas quantitativas na avaliação de políticas públicas. O intuito é de que estas análises possam ser utilizadas didaticamente em cursos de graduação e pós-graduação no Brasil que tenham o intuito de apresentar exemplos de análises empíricas a alunos de cursos em Ciências Sociais Aplicadas. A especificidade das análises aqui realizadas é que são acessíveis a um público menos preocupado em formulações matemáticas e mais interessado em entender aplicações estatísticas a problemas do mundo social.

Os capítulos deste livro são provenientes de pesquisas realizadas durante atividades de ensino e orientação no Departamento de Ciência Política (DCP) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de 29 de junho de 2009 a 1º de agosto de 2014. Na graduação em Gestão Pública, ministrei os cursos de Metodologia (2010/1, 2010/2, 2011/1, 2012/1 e 2014/1), Avaliação de Políticas Públicas (2011/1, 2011/2, 2012/1, 2012/2, 2013/1, 2013/2 e 2014/1) e Técnicas Avançadas de Avaliação de Políticas Públicas (2013/1). Na graduação em Ciências Sociais, ministrei o curso de Métodos Quantitativos de Avaliação de Políticas Públicas (2010/1). Na pós-graduação em Ciência Política, ministrei a disciplina de Metodologia de Pesquisa (2010/2, 2011/2, 2012/2 e 2013/2) e Problema de Desenho e Análise Empírica (2010/2). No Curso Intensivo de Metodologia Quantitativa em Ciências Humanas, ministrei a disciplina de Análise de Regressão Linear (2011, 2012 e 2013). De 2010 a 2013, também tive a oportunidade de orientar graduandos em Gestão Pública e Ciências Sociais, além de mestrandos em Ciência Política.

Os dez primeiros capítulos do livro são originários de orientações que realizei no departamento. Os dois capítulos finais são provenientes de meus ex-alunos e de colegas da faculdade. Todos os capítulos foram padronizados de forma que tivessem entre 9.000 e 11.000 palavras. Além disso, os estudos apresentam as seções de resumo, palavras-chave, introdução, contextualização, estratégia de pesquisa, resultados, considerações finais e referências bibliográficas. Com isto, buscou-se fazer com que o livro tivesse uma leitura dinâmica, além de se assemelhar com o formato de revistas científicas da área de Ciências Sociais Aplicadas.

O primeiro capítulo é fruto da monografia de graduação em Ciências Sociais de Iara Lima Vianna de 2010 e faz uma discussão bibliográfica da utilização de metodologias de avaliação de políticas públicas no Brasil. Há a ênfase de que estudos de avaliação de políticas públicas são raros no país, sendo necessário aumentar análises com técnicas quantitativas, com avaliação participativa e com preocupações de sustentabilidade.

O segundo capítulo faz uma avaliação de impacto do Programa Bolsa Família (PBF) na frequência escolar de crianças entre 7 e 14 anos com base no Censo Demográfico de 2010. Esse estudo busca averiguar se as condicionalidades de educação deste programa estão surtindo efeito entre os beneficiários. A análise foi realizada em coautoria com meu orientando de mestrado em Ciência Política, Guilherme Quaresma Gonçalves. Foram estimados modelos logísticos com a opção de conglomerados (“cluster”).

O terceiro capítulo apresenta uma análise da redução da taxa de distorção idade/série no país, com base em dados do Censo Escolar. Modelos de mínimos quadrados ordinários foram estimados com a opção de efeitos fixos. O intuito é de apurar se tal redução coincidiu com o período de implementação de políticas de transferência de renda condicionadas à educação. Este trabalho é a base da monografia de graduação em Gestão Pública de Samantha Haussmann Rodarte Faustino de 2013 e foi realizado com auxílio de outro aluno do mesmo curso, Fábio César Araújo Costa.

O estudo de Dandara Bispo Pimenta também foi realizado para servir de monografia do curso de Gestão Pública em 2013. Este quarto capítulo investiga com modelos logísticos se professores da educação básica do país

passaram a ter mais chances de possuir ensino superior completo, após a implementação de cursos a distância e semipresenciais, como é o caso do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O estudo sobre a política pública do bônus sociorracial, implementado por alguns anos no concurso vestibular da UFMG, serviu de base para a monografia de Ciências Sociais de Alan Vítor Coelho Neves de 2011. Este quinto capítulo averigua quais características dos estudantes estão associadas ao recebimento desta política, com a estimação de modelos logísticos multinomiais. Também é analisado o impacto desta política na nota dos alunos no vestibular com modelos de mínimos quadrados ordinários. O professor André Braz Golgher do Departamento de Ciências Econômicas fez parte da banca de defesa desta monografia e contribuiu para o aperfeiçoamento desse estudo.

O sexto capítulo é fruto da monografia de graduação em Ciências Sociais de Bárbara Avelar Gontijo de 2011. Esse estudo busca avaliar qual o impacto de cursos de ensino profissionalizante no rendimento e na chance de estar empregado dos indivíduos, com base em dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais. Com estes objetivos, foram estimados modelos de mínimos quadrados ordinários para prever os rendimentos dos trabalhadores, além de modelos logísticos para estimar a chance dos indivíduos estarem empregados.

O trabalho de Natália Almeida Fares Menhem foi realizado em 2010 e fez parte de sua monografia de graduação em Ciências Sociais. Os dados do Censo Demográfico de 2000 foram explorados com estatísticas descritivas e análises espaciais para entender o comportamento de diferentes indicadores de vulnerabilidade na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O oitavo capítulo é fruto de uma pesquisa realizada em 2010, em conjunto com a professora Magna Maria Inácio do Departamento de Ciência Política e com a assistente de pesquisa Fabrícia de Almeida Costa que era graduanda em Ciências Sociais. Esse estudo aplicou questionários domiciliares em amostras probabilísticas de bairros da Região Metropolitana de Belo Horizonte que receberiam ou estavam recebendo benefícios de políticas habitacionais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Para essa coleta e análise de dados primários, foi realizado um plano amostral e consequente investigação descritiva dos dados.

O capítulo nove é resultado da monografia de Pedro Cisalpino Pinheiro de 2013 e investiga quais os determinantes da ocorrência de internações hospitalares. Há uma ênfase na análise do impacto das condições crônicas de saúde, com a estimação de modelos de regressão logísticos. Foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais (PAD-MG).

O décimo capítulo surgiu de trabalho da disciplina de Avaliação de Políticas Públicas da graduação em Gestão Pública, ocorrida no primeiro semestre de 2013. Selecionei dois alunos dessa disciplina (Guilherme Andrade Silveira e Isabella Rafael Horta Londe) com base em suas notas no semestre e em uma prova realizada com esse propósito específico. A também graduanda em Gestão Pública, Samantha Haussmann Rodarte Faustino, foi monitora dessa disciplina e é uma das autoras deste trabalho. A ideia foi elaborar modelos de mínimos quadrados ordinários com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para estimar a correlação do recebimento de diferentes benefícios (auxílio para moradia, auxílio para alimentação, auxílio para transporte, auxílio para educação/ creche e auxílio para saúde) no rendimento de trabalhadores.

O capítulo onze sobre avaliação do Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi realizado pelo Professor Jorge Alexandre Barbosa Neves do Departamento de Sociologia, pela empreendedora pública Florence Fiuza de Carvalho e pela Professora Daniete Fernandes Rocha. Nesse estudo foram estimados modelos de mínimos quadrados ordinários com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e de Censos Demográficos.

O décimo segundo capítulo investiga como a política pública do Parlamento Jovem, implementada pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), apresentou impacto na confiança dos jovens em instituições políticas. Este trabalho serviu de base para a monografia de graduação em Gestão Pública de Guilherme Quaresma Gonçalves de 2012, sob orientação do Professor Mario Fuks do Departamento de Ciência Política.

A investigação também contou com auxílio do doutorando em Ciência Política Gabriel Ávila Casalecchi. Foram estimados modelos de regressão ordinais com a opção de conglomerado (“cluster”) para analisar dados primários coletados de jovens que participaram e que não participaram da política da ALMG.

Ernesto Friedrich de Lima Amaral

Avaliação das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família: uma análise com o Censo Demográfico do Brasil de 2010

Ernesto Friedrich de Lima Amaral
Guilherme Quaresma Gonçalves

Resumo: O Programa Bolsa Família (PBF) tem por meta a promoção do desenvolvimento social e combate à pobreza por meio da transferência direta de renda, em associação com outros programas sociais. Este estudo propõe analisar se o PBF teve impacto sobre a frequência escolar das crianças, o que é uma das condicionalidades do programa. A principal hipótese é a de que a criança residente em domicílio beneficiado pelo Programa Bolsa Família possui maiores chances de frequentar a escola. Em 2011, o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) publicou informações enfatizando baixa escolaridade de beneficiários de programas sociais, com base em dados do Cadastro Único. Segundo relatório do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome de 2007, ser beneficiário do Programa Bolsa Família aumenta as chances da criança de frequentar a escola. Em nossa análise, utilizamos os microdados do Censo Demográfico de 2010, coletado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Análises descritivas e de modelos de regressão foram realizadas para diferentes limites de renda domiciliar *per capita*. Essas estimativas foram realizadas ao comparar crianças que faziam parte de domicílios beneficiários com aquelas que não eram beneficiárias do Programa Bolsa Família. Foram levadas em consideração características do domicílio, da mãe e da criança.

Em todos os limites de renda, as crianças beneficiárias do programa apresentaram maiores chances de estarem na escola, em comparação com as crianças não beneficiárias do PBF.

Palavras-chave: Programa de transferência condicionada de renda. Programa Bolsa Família. Frequência escolar. Censo Demográfico de 2010. Brasil.

1. Introdução

A desigualdade social é um dos grandes desafios da sociedade brasileira. Os índices de desigualdade no país diminuíram, principalmente após a implementação dos programas sociais de transferência de renda que surgiram na década de 1990. Em 2003, o Governo Federal implantou o Programa Bolsa Família (PBF), com o objetivo de unir programas de transferência de renda até então existentes e aperfeiçoar a focalização de suas ações. Os beneficiários do programa devem cumprir determinadas condições para receberem o auxílio. Estudos geraram evidências de que programas de transferência condicionada de renda produzem impactos significativos na diminuição da pobreza e da desigualdade de renda (Barros, Carvalho, Franco e Mendonça 2006, 2007; Behrman, Parker e Todd, 2005; Castro e Modesto, 2010; Hoffmann, 2006; Janvry e Sadoulet, 2005; Ravallion e Wodon, 2000; Rawlings e Rubio, 2005; Skoufias, 2005; Skoufias e Parker, 2001; Soares, Soares, Medeiros e Osório, 2006). O PBF também apresenta reflexos sobre a frequência escolar, desempenho escolar e defasagem idade-série dos alunos. Amaral, Weiss e Monteiro (2012) apontaram que crianças residentes em domicílios contemplados com o Programa Bolsa Família tiveram menores chances de evasão escolar em 2005. Oliveira e Soares (2013) constataram que beneficiários do PBF têm 11% menos chance de repetência escolar, quando comparados a alunos não beneficiários, mas com o mesmo nível de vulnerabilidade social. Em relação à defasagem idade-série, crianças residentes em domicílios beneficiários do PBF apresentaram menores chances de estarem defasadas na escola (Amaral et al 2013).

Uma das condicionalidades do Programa Bolsa Família é que as crianças em idade escolar de domicílios que recebem o programa devem frequentar a escola. O objetivo deste trabalho é de verificar se crianças beneficiárias do

programa apresentam maiores chances de estarem na escola, em relação a crianças não beneficiárias, como apontou Amaral, Weiss e Monteiro (2012). A hipótese a ser testada é que crianças que recebem o PBF apresentam maiores probabilidades de estarem regularmente matriculadas na escola (Neves e Helal, 2007). Foram utilizados dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Análises de estatísticas descritivas e de modelos de regressão logística são analisadas para verificar as chances de crianças entre 7 e 14 anos frequentarem a escola em 2010. A análise é realizada para três limites de renda domiciliar *per capita* (até R\$70,00, até R\$140,00 e até R\$280,00), levando em consideração diferentes características do domicílio, da mãe, da criança e o recebimento do Programa Bolsa Família. O limite de renda até R\$140,00 correspondia ao valor máximo oficial para elegibilidade do Programa Bolsa Família em 2010. O limite inferior visa entender a situação de crianças em domicílios com situações econômicas mais precárias. O limite superior visa aumentar o tamanho da amostra analisada, permitindo verificar o efeito do recebimento do programa na frequência escolar de crianças em domicílios com melhores condições de renda. Além desta introdução, este trabalho está organizado em quatro seções. Primeiramente, é apresentada uma contextualização de nosso estudo, incluindo discussão sobre programas de transferências de renda, origem e características do Programa Bolsa Família, assim como apresentação de estudos sobre os impactos desse programa. A seção posterior apresenta a estratégia de pesquisa adotada, explicitando o banco de dados utilizado, as variáveis analisadas, as hipóteses de pesquisa investigadas e os modelos de regressão estimados. Em seguida, são analisados os principais resultados encontrados. Por fim, as considerações finais são apresentadas, assim como perspectivas futuras para o programa.

2. Contextualização

2.1. Programas de transferência de renda no Brasil

A erradicação da pobreza e a redução da desigualdade social são dois dos maiores desafios da sociedade brasileira. As diferenças econômicas entre as

camadas mais ricas e as mais desfavorecidas estão diminuindo, principalmente após o início da implementação de programas de transferência de renda nos anos 1990. Desde então, o Governo Federal aumentou o investimento em programas de transferência condicionada de renda. As políticas de transferência de renda atuais visam a resolução sustentável de problemas sociais e da pobreza (Carvalho e Fontes, 2012) e não somente a atenuação desses problemas no curto prazo, como objetivavam políticas compensatórias de décadas anteriores. Os programas de transferência de renda foram concebidos segundo a ideia de que os próprios beneficiários determinam a alocação do benefício, com o pressuposto de que esses indivíduos conhecem melhor sua realidade e necessidades mais urgentes. Alguns desses programas levam em seu nome o destino do benefício, como é o caso do Auxílio Gás. Mesmo nesses casos, as políticas foram elaboradas na perspectiva de que o beneficiário pudesse maximizar seus interesses e de sua família, possibilitando a redução dos efeitos de sua condição de pobreza (Santana, 2007). Os Programas Auxílio Gás, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola e Cartão Alimentação foram implementados pelo Governo Federal no início dos anos 2000, tal como apresentado a seguir.

Entre os diversos programas de transferência de renda implementados no país, um deles foi o Auxílio Gás, o qual tinha o objetivo de subsidiar a compra de botijão de gás para as famílias pobres. De dois em dois meses, cada família recebia o valor equivalente a R\$15,00, sem nenhum tipo de contrapartida por parte da família beneficiária. Em outubro de 2003, o Programa Auxílio Gás beneficiava mais de 9 milhões de famílias, enquanto pouco mais de 1,1 milhão de famílias estava inserido no Programa Bolsa Família. Em outubro de 2008, com o processo constante de migração dos beneficiários para o Bolsa Família, o Auxílio Gás passou a beneficiar pouco mais de 230 mil famílias em todo o Brasil. Enquanto isso, o Bolsa Família contava com mais de 11 milhões de famílias assistidas.

Outro programa que merece destaque é o Bolsa Alimentação, instituído em 2001. Esse programa foi criado pelo Ministério da Saúde para promover melhores condições de saúde e nutrição de mulheres e crianças, com foco em gestantes e mães em período de amamentação, assim como crianças de idade entre seis meses a seis anos e onze meses de idade, em

risco nutricional. Os beneficiários pertenciam a famílias sem renda ou que possuíam renda mensal de até R\$90,00 *per capita*. O valor do benefício era de R\$15,00 mensais por beneficiário, com limite de três beneficiários por família. Quando cadastrada no programa, a família se comprometia a realizar uma agenda de compromissos em saúde, que consistia em ações básicas como pré-natal e vacinação.

O Programa Bolsa Escola foi um programa do Governo Federal criado em 2001 e constituía a transferência de recursos para famílias beneficiárias, com a condição de que as crianças frequentassem a escola. Com o auxílio financeiro e a condicionalidade de educação, o objetivo era evitar que a criança trabalhasse para complementar a renda domiciliar. Mais especificamente, para que houvesse o recebimento do benefício, todas as crianças entre 6 e 15 anos do domicílio deveriam ser matriculadas no ensino fundamental, apresentando frequência escolar de no mínimo 85%. Além disso, a renda domiciliar *per capita* deveria ser inferior a R\$90,00. Cada domicílio podia ter, no máximo, três crianças inscritas no programa, sendo o benefício de R\$15,00 por criança.

Houve ainda a implementação do Cartão Alimentação em 2002 (Brasil, 2012a). Este foi um programa de transferência de renda para compra de alimentos por meio de um cartão magnético, destinado às famílias atendidas pelo Programa Fome Zero. O valor destinado a cada família cadastrada para receber o benefício era de R\$50,00. Além da aplicação de recursos na alimentação, o programa exigia que famílias beneficiárias que tivessem adultos analfabetos frequentassem cursos de alfabetização e cumprissem contrapartidas específicas exigidas em cada região. O objetivo final do programa era garantir a emancipação socioeconômica da família. O principal componente do programa era a participação e organização da família e da comunidade, o que visava ao desenvolvimento da economia local.

2.2. Programa Bolsa Família

Em 2003, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi implementado o Programa Bolsa Família (PBF), com o objetivo de unir os programas de transferência de renda até então existentes (Auxílio Gás,

Bolsa Alimentação, Bolsa Escola e Cartão Alimentação), visando ao aumento da focalização das ações dessas políticas (Brasil, 2012b). O PBF utiliza o Cadastro Único como forma de seleção e identificação dos beneficiários. O Cadastro Único, criado em 2001 pelo governo federal, é um banco de dados que coleta informações sobre famílias de baixa renda do país. A utilização desse cadastro permitiu reunir informações de famílias atendidas pelos programas federais preexistentes, assim como aperfeiçoar a identificação de famílias que eram o foco do programa. Em 2013, aproximadamente 13 milhões de famílias são atendidas pelo PBF, em todo território nacional. Os valores dos benefícios pagos pelo programa variam de acordo com as características de cada família, considerando a renda mensal familiar *per capita*, assim como o número de crianças e adolescentes de até 17 anos, gestantes, mães em período de amamentação e componentes da família. São contrapartidas do núcleo familiar nas áreas de educação e saúde: propiciar frequência escolar mínima de 85% das crianças entre 6 e 15 anos; receber informação sobre vacinação, crescimento e desenvolvimento de crianças de até 7 anos; obter acompanhamento do parto (pré-natal) e puerpério (pós-parto); e ter acompanhamento nutricional do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).

O Programa Bolsa Família possui três eixos principais: (1) a transferência de renda, que promove o alívio imediato da pobreza; (2) as condicionalidades, que buscam a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza; e (3) os programas complementares, que são ações coordenadas dos governos federal, estaduais e municipais, e da sociedade civil (Rios-Neto, 2010). As condicionalidades do programa reforçam o acesso a direitos sociais básicos, tais como educação, saúde e assistência social. Os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias para que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. No curto prazo, o PBF busca reduzir o nível de pobreza das famílias elegíveis. No longo prazo, o programa busca alavancar o investimento em capital humano das famílias, combatendo a transmissão intergeracional de vulnerabilidade e pobreza. As transferências condicionadas de renda, relacionadas à frequência escolar das crianças, se justificam no fato de que as famílias beneficiárias teriam custos elevados para manter os filhos nas escolas, em função da baixa renda familiar. Devido à situação econômica

precária dessas famílias, haveria uma necessidade contínua da presença das crianças no mercado de trabalho informal, o que aumentaria as chances de abandono escolar por parte dessas crianças (Carvalho e Fontes, 2012).

O Programa Bolsa Família apresenta uma organização descentralizada. Os municípios identificam os potenciais beneficiários do programa, os quais são inseridos na base de dados do Cadastro Único. Em contrapartida, a seleção efetiva de beneficiários é realizada pela Caixa Econômica Federal, a partir de critérios de renda e composição familiar, em caráter centralizado. O acompanhamento das condicionalidades do programa é atribuição dos municípios, o que gera a economia de recursos, ao utilizar estruturas municipais existentes para colaborar com a implementação do programa (Soares, 2011; Soares, Ribas e Soares, 2009). A gestão dos recursos é de responsabilidade da Caixa Econômica Federal, instituição responsável pela efetivação do pagamento do benefício. Neves e Helal (2007) apontam esse fator como uma das possíveis causas do sucesso do programa. Os autores afirmam que os membros do corpo técnico da Caixa Econômica Federal estão, de certa forma, isolados dos interesses locais, aumentando a capacidade de exercer um controle sobre as ações das secretarias municipais. Devido ao caráter patrimonialista, enraizado na sociedade brasileira desde o período colonial, ter uma instituição burocrática permite um distanciamento entre os gestores e a sociedade, minimizando a exploração indevida do programa por objetivos pessoais de atores envolvidos. Esse arranjo institucional permite um insulamento burocrático da Caixa Econômica Federal e, conseqüentemente, do Programa Bolsa Família (Soares, 2011; Neves e Helal, 2007). O insulamento é grau de distanciamento entre o Estado burocrático e a sociedade (Neves e Helal apud Evans, 2007). O insulamento resultante da participação da Caixa Econômica Federal preserva o Estado da pressão de grupos de interesse. Porém, tal fator pode prejudicar a implementação da política. Ao mesmo tempo que o distanciamento é positivo por evitar o comportamento indesejado dos grupos de interesse, ele pode dificultar a capacidade do Estado de determinar a real demanda da sociedade, o que seria uma consequência perversa. Porém, tal aspecto negativo não foi observado para o caso em análise.

Outro elemento institucional mencionado por Neves e Helal (2007) é o isomorfismo organizacional, caracterizado como sendo o processo em que uma instituição é obrigada a emular outras instituições e competir com elas. O isomorfismo pode ser coercitivo (pressões formais e informais), mimético (imitação de respostas e incertezas) e normativo (profissionalização dos gerentes e especialistas). Com relação ao isomorfismo coercitivo, é função da Caixa Econômica Federal forçar as secretarias municipais a se adequarem às suas normas e ao seu padrão de funcionamento. O isomorfismo mimético também é observado no momento em que as instituições passam a ter como modelo a Caixa Econômica Federal. Por fim, o isomorfismo normativo é constatado pela profissionalização que a gestão do Programa Bolsa Família causa nas demais instituições envolvidas, principalmente na administração municipal. Esse arranjo institucional possibilita uma adequada focalização do programa (poucas famílias inelegíveis estão recebendo o benefício) e um baixo nível de ineficiência (grande parte das famílias elegíveis recebe o PBF). Os recursos empregados pelo Programa Bolsa Família são destinados para aqueles que realmente necessitam do benefício: as famílias de baixa renda (Soares, 2011). Mais de 80% dos recursos do programa são destinados aos 40% mais pobres da população brasileira (Castro e Modesto, 2010). O ideal seria que todas as famílias dentro do grupo alvo do Programa Bolsa Família recebessem o benefício. Porém, devido a limitações do orçamento, não é possível ter uma cobertura mais ampla (Barros, Carvalho, Franco e Mendonça, 2008).

O efeito do Programa Bolsa Família sobre a redução imediata da pobreza e sobre a frequência escolar das crianças foi avaliado por estudos anteriores. Soares (2011) aponta que o PBF foi o grande responsável pela redução da desigualdade ocorrida no país nos últimos anos. As transferências sociais focalizadas contribuíram com um terço dessa redução. Desse percentual, 20% da redução da desigualdade foram causados pelo PBF. Tavares (2008) salienta que mulheres atendidas pelo programa tendem a diminuir suas horas trabalhadas, tanto em relação a todas as mulheres, quanto em relação às mulheres em mesma faixa de renda. Porém, tal redução não é significativa. Esse resultado mostra que o temor de que os beneficiários não procurariam melhorar suas condições de vida, com o objetivo de continuar recebendo

auxílio do programa, não é confirmado por análises empíricas. Amaral, Weiss e Monteiro (2012) constataram que crianças residentes em domicílios beneficiários do Programa Bolsa Família apresentaram menores chances de evasão escolar em 2005. Esse resultado evidencia que as condicionalidades de educação do programa estão sendo seguidas pelas famílias beneficiárias. Carvalho e Fontes (2012) apontam que crianças contempladas pelo PBF apresentaram maior frequência escolar e menor chance de evasão da escola, quando comparadas a crianças não beneficiárias, mas tal diferença não foi estatisticamente significativa, com base nos dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais (PAD-MG) de 2009.

Com base nesses estudos anteriores, testaremos uma série de hipóteses sobre as chances de as crianças frequentarem a escola. A principal análise será averiguar se crianças residentes em domicílios beneficiários do Programa Bolsa Família apresentam maiores chances de estarem na escola, em comparação com crianças não beneficiárias. Além disso, busca-se testar a hipótese de que há uma maior chance de a criança não frequentar a escola, quando a mãe possui idade mais elevada, é preta ou parda e apresenta menor escolaridade. De acordo com a proposta do PBF de interferir nas condições familiares para melhorar as condições de vida entre as gerações, cabe destacar como as variáveis de capital social da família podem impactar em uma melhoria nas condições educacionais das crianças. O capital social pode ser definido como um conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável, mais ou menos institucionalizada, de interconhecimento e de inter-reconhecimento (Bourdieu, 1980). Pela relação entre educação e capital social, presume-se que o capital social da família permitiria à criança acesso ao capital humano dos adultos. Além disso, o capital humano da mãe só teria impacto na formação de capital humano dos filhos se existir participação da mãe na vida das crianças. Logo, essa influência depende da presença da mãe no ambiente familiar. Por isso, na construção do modelo explicativo desse trabalho, serão utilizadas variáveis independentes que procuram medir a associação dos indicadores de capital social da família e da mãe com a frequência escolar das crianças. Por exemplo, será testada a hipótese de que o número de horas trabalhadas por semana pela mãe tem associação negativa com a frequência escolar. A informação

do período de residência no domicílio procurará testar a hipótese de que a migração recente da mãe diminuiria a chance das crianças frequentarem a escola. Será ainda possível testar se crianças residentes em domicílios chefiados pela mãe apresentam menores chances de frequência escolar. A seguir, é apresentada a estratégia de pesquisa do presente estudo, contemplando a exposição do banco de dados, variáveis, hipóteses e modelos de regressão.

3. Estratégia de pesquisa

Neste estudo foi utilizado o banco de dados do Censo Demográfico de 2010, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em todo território nacional, foram selecionados 6.192.332 domicílios para responder ao questionário detalhado, o que significou uma fração amostral efetiva da ordem de 10,7% para o país. Nesses domicílios, foram levantadas informações de todos moradores, totalizando 20.635.472 pessoas. Para o levantamento dos dados, foram aplicadas cinco frações de amostragem, considerando os tamanhos dos municípios, com base na população estimada em 1º de julho de 2009. Na definição da fração amostral para os municípios de pequeno porte, buscou-se garantir tamanho suficiente para a divulgação dos resultados. Para os 40 municípios com mais de 500.000 habitantes, avaliou-se a possibilidade de aplicação de frações amostrais diferentes em cada uma de suas divisões administrativas intramunicipais (distritos e subdistritos), permitindo estimativas e microdados nesses níveis geográficos (IBGE, 2013).

Para o presente estudo, foram analisadas crianças com idade entre 7 e 14 anos, residentes em domicílios beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família. Essa faixa de idade é a considerada pelo programa, ao exigir a frequência escolar de crianças beneficiárias. Foram realizadas estimativas para três faixas de renda domiciliar *per capita*. A primeira faixa contém as crianças residentes em domicílios com renda *per capita* de até R\$70,00. Esse limite inferior visa a entender a situação de crianças em domicílios com situações econômicas mais precárias. A segunda faixa contempla as crianças em domicílios com renda *per capita* de até R\$140,00, o qual era o limite oficial de elegibilidade para recebimento do Programa Bolsa Família em 2010. A terceira faixa contém aqueles com renda domiciliar *per capita*

de até R\$280,00. Esse limite superior visa a aumentar o tamanho da amostra analisada, permitindo verificar o efeito do recebimento do programa na frequência escolar de crianças em domicílios com melhores condições de renda. Assim, podemos comparar pessoas em situações econômicas e de vulnerabilidade social parecidas, aumentando a validade e confiabilidade das inferências.

O objetivo principal deste trabalho é investigar se crianças entre 7 e 14 anos, residentes em domicílios beneficiários do Programa Bolsa Família, apresentam mais chance de frequentar a escola, em relação a crianças não beneficiárias. Essa pesquisa possui um desenho não experimental, pois a seleção dos beneficiários da política não foi realizada de forma aleatória. Portanto, é importante realizar análises multivariadas para investigar o efeito da política pública sobre a variável de interesse, em que há o controle de efeitos de outras variáveis explicativas. Inicialmente, é realizada uma análise da distribuição das variáveis independentes por suas categorias (Tabela 1). Em seguida, é investigado o percentual da variável dependente (informação se criança frequentava a escola em 2010) por limites de renda *per capita* domiciliar e situação de recebimento do Programa Bolsa Família. Testes de diferença de médias permitem verificar se os percentuais da variável dependente apresentaram diferenças estatisticamente significativas, ao comparar crianças que receberam com as que não receberam o PBF, em cada limite de renda *per capita* domiciliar (Tabela 2). Por fim, são estimados modelos de regressão logística para explicação da frequência escolar das crianças (Tabela 3). Sendo Y a variável dependente dicotômica (crianças que frequentam a escola receberam valor igual a um, enquanto crianças que não frequentam a escola receberam valor igual a zero) e X_k as variáveis independentes, o modelo de regressão logística binária pode ser exposto da seguinte maneira:

$$\Pr(Y=1|B) = P,$$
$$\log [P/(1-P)]_i = \beta_o + \beta_k X_{ki} + u_i$$

Em relação às variáveis independentes, foram selecionadas variáveis do domicílio, da mãe e da criança, além da informação se a criança era residente em domicílio beneficiário do Programa Bolsa Família. Dentre as variáveis de características do domicílio disponíveis no Censo Demográfico que podem

explicar a frequência escolar, foram selecionadas: (1) número de membros do domicílio; (2) presença de rede de água canalizada; (3) iluminação elétrica; (4) lixo coletado; (5) situação censitária (rural ou urbano); e (6) região de residência (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste ou Centro-Oeste). Para as variáveis de características da mãe, foram utilizadas: (1) informação se mãe é chefe do domicílio; (2) cor/raça (preta/parda ou branca); (3) escolaridade; (4) idade; (5) tempo de residência no domicílio; e (6) horas trabalhadas por semana. Em relação às características da criança, foram selecionadas: (1) idade; e (2) sexo. A seguir, detalhamos a construção das variáveis utilizadas em nossas análises, assim como suas hipóteses específicas.

3.1. Variáveis do domicílio

Número de membros do domicílio: perguntou-se ao entrevistado quantos eram os membros que residem no domicílio. Utilizou-se essa variável de maneira contínua. **Hipótese:** à medida que aumenta o número de pessoas no domicílio, menor será a chance da criança frequentar a escola. Como os domicílios analisados possuem renda *per capita* baixa, domicílios com vários membros são um indicativo de que os moradores apresentam baixos níveis socioeconômicos, o que diminui a chance de a criança frequentar a escola.

Presença de rede de água canalizada: foi perguntado se há rede de água canalizada no domicílio, com três possibilidades de resposta: (1) sim, em pelo menos um cômodo; (2) sim, só na propriedade ou terreno; e (3) não. Então, a variável foi recodificada em uma variável binária que agrega as duas primeiras opções de resposta com valor um, comparando com a terceira opção que recebeu o valor zero. **Hipótese:** quanto melhor a infraestrutura domiciliar, mais propício será o ambiente para que a criança se dedique aos estudos, aumentando sua chance de frequentar a escola.

Iluminação elétrica: o questionário do Censo Demográfico pergunta se havia energia elétrica no domicílio, com três opções de resposta: (1) sim, de companhia distribuidora; (2) sim, de outras fontes; e (3) não existe energia elétrica. A variável foi recodificada, agregando as duas primeiras categorias com valor um, em comparação com a terceira categoria que recebeu

o valor zero. **Hipótese:** quanto melhor a infraestrutura domiciliar, mais propício será o ambiente familiar para que a criança se dedique aos estudos, aumentando sua chance de frequentar a escola.

Lixo coletado: perguntou-se como o lixo era coletado no domicílio, com sete opções de resposta: (1) coletado diretamente por serviço de limpeza; (2) colocado em caçamba de serviço de limpeza; (3) queimado (na propriedade); (4) enterrado (na propriedade); (5) jogado em terreno baldio ou logradouro; (6) jogado em rio, lago ou mar; e (7) tem outro destino. A variável foi recodificada de forma a compor uma variável binária. Foi atribuído valor igual a um para aqueles que responderam que o lixo é coletado diretamente por serviço de limpeza ou colocado em caçamba de serviço de limpeza. Em contrapartida, foi atribuído valor zero para aqueles que responderam as demais alternativas. **Hipótese:** quanto melhor a infraestrutura domiciliar, mais propício será o ambiente familiar para que a criança se dedique aos estudos, aumentando sua chance de frequentar a escola.

Situação censitária: de acordo com a localização do domicílio, este foi classificado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como rural ou urbano. Foi criada uma variável dicotômica em que foi atribuído o valor zero para domicílios localizados na área rural e valor um para domicílios localizados na área urbana. **Hipótese:** áreas urbanas possuem melhor estrutura de escolas, relacionado às melhores condições sociais e financeiras dessas áreas. Por isso, pressupõe-se que crianças residentes em áreas urbanas tenham maiores chances de frequentar a escola do que crianças residentes em áreas rurais.

Região de residência: de acordo com o município do domicílio, classificou-se a região geográfica de residência. Foram construídas cinco variáveis dicotômicas para as regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), mantendo a região Sudeste como referência no modelo de regressão. **Hipótese:** há diferenças de frequência à escola entre as regiões brasileiras, e elas se devem por vários fatores não observáveis, tais como disponibilidade de escolas, trabalho infantil e empregabilidade dos pais. Como tais informações não são captadas pelo Censo Demográfico, as variáveis de região geográfica são controladas por tais variações.

3.2. Variáveis da mãe

Para esse bloco de variáveis, foram coletadas características das mães das crianças. Posteriormente, tais variáveis das mães foram alocadas para suas respectivas crianças.

Mãe chefe do domicílio: foi perguntado ao entrevistado qual é a relação de parentesco ou de convivência deste com o responsável pelo domicílio. Havia vinte categorias para essa variável: (1) pessoa responsável pelo domicílio; (2) cônjuge ou companheiro(a) de sexo diferente da pessoa; (3) cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo; (4) filho(a) do responsável e do cônjuge; (5) filho(a) somente do responsável; (6) enteado(a); (7) genro ou nora; (8) pai, mãe, padrasto ou madrasta; (9) sogro(a); (10) neto(a); (11) bisneto(a); (12) irmão ou irmã; (13) avô ou avó; (14) outro parente; (15) agregado(a); (16) convivente; (17) pensionista; (18) empregado(a) doméstico(a); (19) parente do(a) empregado(a) doméstico(a); e (20) individual em domicílio coletivo. Para aquelas mães que eram a pessoa responsável pelo domicílio foi atribuído valor igual a um, enquanto, para aquelas que eram cônjuges ou companheiras de sexo diferente do responsável pelo domicílio, foi atribuído valor zero.

Hipótese: se a mãe não é o chefe do domicílio, ela tem mais tempo para estar em casa e ajudar no desenvolvimento escolar da criança. Isso estimula a criança, refletindo positivamente em sua frequência escolar.

Cor/raça: foi perguntada a cor/raça do entrevistado, o qual se classificou em: (1) branca; (2) preta; (3) amarela; (4) parda; ou (5) indígena. As crianças de mães amarelas ou indígenas foram retiradas do banco de dados, pois apresentam pequenos percentuais no Brasil e poderiam gerar problemas de heteroscedasticidade nos modelos. Além disso, recodificou-se a informação de cor/raça para construir uma variável binária que determinasse se a mãe é branca ou negra. O valor um indica que a mãe era branca. Agruparam-se as demais categorias (preta e parda), atribuindo o valor zero para indicar que tratavam de mulheres negras. **Hipótese:** as crianças com mães brancas apresentam maiores chances de frequentarem a escola do que crianças de mães negras, devido às desigualdades raciais quanto a indicadores sociais e econômicos no Brasil.

Escolaridade: outro ponto contemplado nesse bloco foi a escolaridade da mãe. Perguntou-se qual era o seu nível de instrução, com cinco categorias disponíveis: (1) sem instrução e fundamental incompleto; (2) fundamental completo e médio incompleto; (3) médio completo e superior incompleto; (4) superior completo; e (5) não determinado. Foram construídas variáveis dicotômicas com cada uma das categorias, com exceção da quinta (não determinada), a qual foi excluída do banco de dados. Para os modelos de regressão, optou-se por usar a categoria sem instrução e fundamental incompleto como categoria de referência. **Hipótese:** um maior grau de escolaridade da mãe permite que ela colabore de maneira mais efetiva em atividades da criança na escola, aumentando as chances da criança de frequentar as aulas.

Idade: foram construídas quatro variáveis dicotômicas para a idade, considerando o percentual de pessoas em cada categoria: (1) mães com idade até 24 anos; (2) mães entre 25 e 34 anos; (3) mães entre 35 e 49 anos; e (4) mães acima de 50 anos. A segunda categoria foi escolhida como referência para a análise. **Hipótese:** as crianças com mães em idades intermediárias (25 e 34 anos) apresentam maiores chances de frequentarem a escola. Mães mais jovens (até 24 anos) teriam menor poder de persuasão sobre seus filhos, diminuindo a frequência à escola dessas crianças. Do mesmo modo, mães com idades mais avançadas (35 anos ou mais) teriam menos motivações para empenhar seu tempo em estimular seus filhos a frequentar a escola.

Tempo de residência no domicílio: foi perguntado há quanto tempo as pessoas residiam no domicílio, possibilitando a categorização das mães em: (1) aquelas que moravam de 0 a 4 anos no domicílio; (2) as que moravam de 5 a 9 anos; e (3) as mães que moravam há 10 anos ou mais no domicílio. Essa última categoria foi a referência nos modelos estatísticos. **Hipótese:** crianças de mães que residem há pouco tempo no domicílio teriam menores chances de frequentar a escola, devido à falta de assimilação das mães ao novo ambiente de residência. As mães que são migrantes recentes não conhecem profundamente o local de residência, tais como as oportunidades de escolas para seus filhos.

Horas trabalhadas por semana: foi perguntado quantas horas por semana as pessoas destinavam ao trabalho principal. Em seguida, construíram-se

quatro variáveis binárias com essa informação: (1) mães que não trabalhavam; (2) mães que trabalhavam de 1 a 20 horas por semana; (3) mães que trabalhavam de 21 a 39 horas por semana; e (4) mães que trabalhavam mais de 40 horas semanais. A primeira categoria foi utilizada como referência nos modelos logísticos. **Hipótese:** mães que trabalham mais horas por semana têm pouco tempo para se dedicar ao auxílio das atividades escolares das crianças, diminuindo as chances das crianças de frequentar a escola.

3.3. Variáveis da criança

Idade da criança: a idade da criança foi utilizada de forma contínua nos modelos. **Hipótese:** quanto maior a idade da criança, menor será a chance de ela frequentar a escola. Isso ocorre pela entrada da criança no mercado de trabalho, assim como por constituição de famílias de pais adolescentes.

Sexo da criança: construiu-se uma variável binária em que as crianças que eram do sexo masculino receberam valor igual a um, e aquelas do sexo feminino receberam o valor igual a zero. **Hipótese:** as crianças do sexo masculino apresentam menores chances de frequentarem a escola, devido à sua entrada precoce no mercado de trabalho, em relação às mulheres.

3.4. Variável da política pública

Beneficiário do Programa Bolsa Família: construiu-se uma variável dicotômica, em que as crianças de domicílios beneficiários do Programa Bolsa Família receberam valor igual a um, e aquelas não beneficiárias receberam valor igual a zero. **Hipótese:** crianças beneficiárias estão submetidas à condicionalidade de educação, aumentando suas chances de frequentar a escola. Além disso, tais crianças não precisariam ajudar no complemento da renda domiciliar, justamente pelo efeito do benefício financeiro fornecido pelo Programa Bolsa Família, o que aumenta o tempo disponível para o estudo e as chances de frequentar a escola.

4. Resultados

A amostra final utilizada nessa análise é composta por um total de 1.675.797 crianças entre 7 e 14 anos, residentes em domicílios com renda *per capita* de no máximo R\$280,00. Destas, 911.272 crianças residem em domicílios com renda *per capita* do domiciliar de até R\$140,00 e 447.046 residem em domicílios com renda *per capita* de R\$70,00. A Tabela 1 apresenta a distribuição percentual das crianças nas diversas categorias das variáveis independentes para os três limites de renda domiciliar *per capita*. O número de membros do domicílio ficou entre cinco e seis pessoas, nos três limites de renda analisados. O percentual de crianças residentes em domicílios com acesso à rede de água canalizada, iluminação elétrica e coleta de lixo aumentou, com o acréscimo dos limites de renda domiciliar *per capita*. Observa-se que 71,54% das crianças eram residentes em domicílios com rede de água canalizada no limite de até R\$70,00 domiciliar *per capita*, aumentando para 84,89% no limite de renda de até R\$280,00. Para a iluminação elétrica, essa variação foi de 92,27% para 96,65%, enquanto, no serviço de coleta de lixo, foi de 54,08% para 71,98%. Com relação às regiões de residência, observa-se que a maior parte das crianças de domicílios com renda *per capita* de até R\$280,00 concentrou-se na Região Nordeste (42,66%), com variação de acordo com o corte da renda. No caso de crianças residentes em domicílios com renda *per capita* de até R\$140,00, 51,04% estavam localizados no Nordeste. No limite de renda inferior, 54,35% das crianças eram residentes do Nordeste. Em todas as faixas de renda, a maior fração das crianças residia em domicílios localizados em área urbana.

Tabela 1

Distribuição percentual das crianças da amostra por categorias de variáveis de interesse, Brasil, 2010

Variáveis	Categorias	Limite máximo da renda domiciliar per capita		
		R\$70,00	R\$140,00	R\$280,00
<i>Variáveis do domicílio</i>				
Número de membros do domicílio	Média	5,73	5,78	5,43
Presença de rede de água canalizada	Sim	71,54	77,78	84,89
	Não	28,46	22,22	15,11
Iluminação elétrica	Sim	92,27	94,62	96,65
	Não	7,73	5,38	3,35
Lixo coletado	Sim	54,08	61,64	71,98
	Não	45,92	38,36	28,02
Situação censitária	Rural	44,54	37,68	28,32
	Urbana	55,46	62,32	71,68
Região de residência	Norte	16,89	15,52	13,30
	Nordeste	54,35	51,04	42,66
	Sudeste	20,10	22,87	29,54
	Sul	4,91	6,20	8,66
	Centro Oeste	3,76	4,37	5,85
<i>Variáveis da mãe</i>				
Mãe chefe do domicílio	Sim	43,60	42,83	43,10
	Não	56,40	57,17	56,90
Cor/raça da mãe	Negra (preta ou parda)	74,18	73,41	69,43
	Branca	25,82	26,59	30,57
Escolaridade da mãe	Sem instrução ou fundamental incompleto	80,08	78,74	71,97
	Fundamental completo ou médio incompleto	11,32	12,53	15,16
Escolaridade da mãe	Médio completo ou superior incompleto	7,56	8,00	11,93
	Superior completo	1,03	0,73	0,94

Variáveis	Categorias	Limite máximo da renda domiciliar per capita		
		R\$70,00	R\$140,00	R\$280,00
Idade da mãe	Até 24 anos	3,93	3,64	3,41
	25 a 34 anos	40,12	40,11	38,49
	35 a 49 anos	43,04	41,83	40,91
	50 anos ou mais	12,91	14,43	17,19
Tempo de residência da mãe no domicílio	0 a 4 anos	7,47	8,23	8,86
	5 a 9 anos	3,88	3,55	3,17
	10 anos ou mais	87,25	88,23	89,36
Horas trabalhadas por semana pela mãe	Nenhuma	74,27	68,49	60,07
	1 a 20 horas	10,22	11,16	11,31
	21 a 39 horas	5,14	6,11	7,11
	40 horas ou mais	10,37	14,24	21,51
<i>Variáveis da criança</i>				
Idade da criança	Média	10,49	10,52	10,56
Sexo da criança	Feminino	48,88	49,10	49,20
	Masculino	51,12	50,90	50,80
<i>Variável da política pública</i>				
Beneficiário do Programa Bolsa Família	Sim	37,37	37,00	32,08
	Não	62,63	63,00	67,92
Tamanho da amostra (n)		447.046	911.272	1.675.797

Nota: Foi utilizada informação de peso da pessoa para estimar as estatísticas desta tabela.
Fonte: Censo Demográfico do Brasil de 2010.

Para os três limites de renda, há um equilíbrio de crianças residentes em domicílios chefiados pela mãe, em torno de 43%. A maioria das crianças possui mãe não branca, sendo o maior percentual (74,18%) observado no limite inferior de renda. Do mesmo modo, a maioria das crianças tem mães sem escolaridade ou com ensino fundamental incompleto (80,08% no limite de renda de R\$70,00 domiciliar *per capita*; 78,74% no limite de R\$140,00 e 71,97% no limite de R\$280,00). A maior parte das crianças tem mães com idade entre 35 e 49 anos para os três limites de renda: 43,04% no limite de R\$70,00; 41,83% no limite de R\$140,00; e 40,91% no limite de R\$280,00. Independentemente do corte de renda, a maioria das crianças

era filha de mulheres que residiam há 10 anos ou mais no município. Em relação às horas trabalhadas por semana pela mãe, a maioria das crianças tinha mães que não trabalhavam, em todos os limites de renda: 74,27% (até R\$70,00); 68,49% (até R\$140,00); e 60,07% (até R\$280,00).

Em relação às características das crianças, não houve diferença entre as médias de idade nos três limites de renda analisados, sendo esse valor aproximadamente igual a 11 anos. A maior parte das crianças é do sexo masculino, pouco mais de 50% em todos os cortes de renda domiciliar *per capita*. Quanto ao recebimento do Programa Bolsa Família, 37,37% das crianças são residentes de domicílios que recebem benefício do programa, no limite de renda domiciliar *per capita* de R\$70,00. Quando se aumenta o limite de renda para R\$140,00, o percentual de crianças beneficiárias diminui para 37,00%. No limite de renda de R\$280,00, o percentual de crianças residentes em domicílios beneficiários do programa cai para 32,08%.

Para análise preliminar dos níveis da variável dependente (criança frequente a escola), foi elaborada a Tabela 2, a qual apresenta os percentuais de crianças que frequentam a escola por situação de recebimento do Programa Bolsa Família e limites de renda domiciliar *per capita*. O percentual de crianças que frequentam a escola aumenta levemente com o aumento do limite máximo de renda domiciliar *per capita*. As crianças residentes em domicílios beneficiados pelo Programa Bolsa Família apresentam maiores percentuais de frequência à escola, em relação às crianças residentes em domicílios não beneficiados pelo programa, nos três cortes de renda. A diferença foi maior (2,67%) para o grupo de limite de renda domiciliar *per capita* de até R\$70,00. Com base em testes de diferença de médias para cada limite de renda, tais diferenças foram estatisticamente significativas.

Tabela 2

Percentual de crianças que frequentavam a escola por situação de recebimento do Programa Bolsa Família, Brasil, 2010

Beneficiário do Programa Bolsa Família	Limite da renda domiciliar per capita		
	R\$70,00	R\$140,00	R\$280,00
Sim (tratamento)	98,45	98,51	98,59
Não (controle)	95,78	96,44	96,99
Diferença (tratamento menos controle)	2,67***	2,07***	1,60***

Nota: ***Teste de diferença de médias significante ao nível de confiança de 99%; **Teste de diferença de médias significante ao nível de confiança de 95%; *Teste de diferença de médias significante ao nível de confiança de 90%. Foi utilizada informação de peso da pessoa para estimar as estatísticas desta tabela.

Fonte: Censo Demográfico do Brasil de 2010.

A Tabela 3 apresenta as razões de chances, erros-padrão e significâncias estatísticas dos coeficientes dos modelos logísticos que explicam a frequência escolar das crianças, em cada limite de renda domiciliar *per capita*. Em relação ao modelo que agrega crianças residentes em domicílios com limite de renda *per capita* de até R\$70,00, observa-se que o aumento de um morador no domicílio diminui em 6,70% $[(0,933-1)*100]$ a chance de a criança estar na escola, mantendo as demais variáveis independentes constantes. Residir em domicílio com rede de água tratada aumenta em 17,20% a chance de a criança estar na escola. Esse efeito na frequência escolar é de 81,90% para crianças residentes em domicílios com iluminação elétrica. O fato de morar em domicílios com coleta de lixo não apresentou significância estatística. Morar na região urbana diminui a chance de a criança estar na escola em 22,90%, em relação às crianças residentes em áreas rurais. Tal resultado mostrou-se inesperado em relação à hipótese inicial de pesquisa. Crianças residentes no Nordeste possuem 37,10% mais chance de frequentar a escola, em relação às crianças do Sudeste. Aquelas moradoras da Região Sul possuem 30,30% mais chance de frequentar a escola, em relação à categoria de referência. As moradoras do Norte apresentam 8,6% menos chance de frequência à escola, em relação às residentes no Sudeste.

Tabela 3

Razões de chance e exponenciais dos erros-padrão estimados por modelos de regressão logística para variável dependente “criança frequente a escola”, Brasil, 2010

Variáveis independentes	Limite máximo da renda domiciliar per capita		
	(R\$ 70,00)	(R\$ 140,00)	(R\$ 280,00)
<i>Variáveis do domicílio</i>			
Número de membros do domicílio	0,933*** (0,0041)	0,934*** (0,0032)	0,928*** (0,0025)
Presença de rede de água canalizada	1,172*** (0,0330)	1,245*** (0,0272)	1,249*** (0,0229)
Iluminação elétrica	1,819*** (0,0620)	1,848*** (0,0521)	1,803*** (0,0450)
Lixo coletado	0,998 (0,0370)	1,027 (0,0274)	1,146*** (0,0243)
<i>Situação censitária</i>			
Rural	referência	referência	referência
Urbano	0,771*** (0,0279)	0,775*** (0,0203)	0,808*** (0,0167)
<i>Região de residência</i>			
Norte	0,914** (0,0337)	0,874*** (0,0238)	0,850*** (0,0178)
Nordeste	1,371*** (0,0445)	1,238*** (0,0283)	1,132*** (0,0191)
Sudeste	referência	referência	referência
Sul	1,303*** (0,0718)	1,276*** (0,0488)	1,221*** (0,0313)
Centro-Oeste	1,037 (0,0636)	1,045 (0,0464)	1,032 (0,0316)
<i>Variáveis da mãe</i>			
Mãe chefe do domicílio	0,907*** (0,0216)	0,838*** (0,0147)	0,821*** (0,0109)

Variáveis independentes	Limite máximo da renda domiciliar per capita		
	(R\$ 70,00)	(R\$ 140,00)	(R\$ 280,00)
Cor/raça			
Negra (preta ou parda)	referência	referência	referência
	0,979	1,004	1,035**
Branca	(0,0266)	(0,0200)	(0,0154)
Escolaridade			
Sem instrução ou fundamental incompleto	referência	referência	referência
	1,271***	1,316***	1,427***
Fundamental completo ou médio incompleto	(0,0520)	(0,0395)	(0,0313)
Médio completo ou superior incompleto	1,522***	1,663***	1,840***
	(0,0853)	(0,0700)	(0,0528)
Superior Completo	1,403**	1,408***	1,613***
	(0,207)	(0,186)	(0,150)
Idade			
Até 24 anos	0,191***	0,197***	0,187***
	(0,0078)	(0,0062)	(0,0046)
25 a 34 anos	referência	referência	referência
35 a 49 anos	0,746***	0,768***	0,761***
	(0,0210)	(0,0161)	(0,0126)
50 anos ou mais	0,503***	0,549***	0,592***
	(0,0185)	(0,0144)	(0,0117)
Tempo de residência no domicílio			
0 a 4 anos	0,711***	0,704***	0,691***
	(0,0262)	(0,0186)	(0,0136)
5 a 9 anos	1,439***	1,451***	1,257***
	(0,109)	(0,0764)	(0,0475)
10 anos ou mais	referência	referência	referência

Variáveis independentes	Limite máximo da renda domiciliar per capita		
	(R\$ 70,00)	(R\$ 140,00)	(R\$ 280,00)
<i>Horas trabalhadas por semana</i>			
Nenhuma	referência	referência	referência
1 a 20 horas	1,452*** (0,0594)	1,399*** (0,0412)	1,377*** (0,0308)
21 a 39 horas	1,434*** (0,0786)	1,419*** (0,0545)	1,432*** (0,0402)
40 horas ou mais	1,275*** (0,0476)	1,169*** (0,0284)	1,224*** (0,0207)
<i>Variáveis da criança</i>			
Idade da criança	0,781*** (0,0046)	0,774*** (0,0034)	0,768*** (0,0027)
<i>Sexo da criança</i>			
Feminino	referência	referência	referência
Masculino	0,854*** (0,0193)	0,820*** (0,0137)	0,828*** (0,0106)
<i>Variável da política pública</i>			
Beneficiário do Programa Bolsa Família	2,120*** (0,0569)	1,961*** (0,0384)	1,880*** (0,0294)
Pseudo-R ²	0,090	0,083	0,082
Tamanho da amostra (n)	447.046	911.272	1.675.797

Nota: *** Significante ao nível de confiança de 99%; ** Significante ao nível de confiança de 95%; * Significante ao nível de confiança de 90%. Exponenciais dos erros padrão robustos entre parênteses. Foi utilizada informação de peso da pessoa para estimar as estatísticas desta tabela.

Fonte: Censo Demográfico do Brasil de 2010.

Para as variáveis de características da mãe, no modelo de renda domiciliar *per capita* de até R\$70,00, se a mãe é chefe do domicílio, a criança apresenta 9,3% menos chance de estar na escola. A variável de cor/raça da

mãe não teve efeito estatístico significativo na chance de a criança frequentar a escola. Se a mãe da criança tem ensino fundamental completo ou médio incompleto, há um aumento na chance da criança frequentar a escola em 27,10%, em relação às crianças de mães sem instrução ou com fundamental incompleto. Esse percentual positivo é de 52,20%, entre crianças de mães com ensino médio completo ou superior incompleto, e de 40,3%, entre crianças de mães com ensino superior completo. Com relação à idade da mãe, verifica-se que crianças com mães de até 24 anos apresentam 80,90% menos chance de frequentar a escola do que crianças de mães de 25 a 34 anos. Esses percentuais negativos são de 25,40% para crianças de mães de 35 a 49 anos e de 49,70% para crianças de mães com 50 anos ou mais. Esses resultados corroboram as hipóteses iniciais de que crianças de mães jovens ou mais velhas seriam mais vulneráveis e apresentariam menores chances de frequentar a escola. Quanto ao tempo de residência no domicílio, crianças com mães que residem de 0 a 4 anos no domicílio apresentam 28,9% menos chance de frequentar a escola, em relação às crianças com mães que residem há 10 anos ou mais no domicílio. Crianças de mães que residem no domicílio de 5 a 9 anos apresentam 43,90% mais chance de frequentar a escola, em relação à categoria de referência. Em relação às horas trabalhadas, crianças de mães que trabalham de 1 a 20 horas por semana possuem 45,20% mais chance de frequentar a escola, em relação às crianças de mães que não trabalham. Tais percentuais positivos são de 43,40%, para crianças de mães que trabalham de 21 a 39 horas por semana, e de 27,50%, para crianças de mães que trabalham 40 horas ou mais por semana. Em domicílios de renda *per capita* domiciliar de até R\$70,00 e com mães trabalhando, há maior chance de as crianças frequentarem a escola, quando comparadas às crianças com mães que não possuem atividade remunerada.

Quanto às variáveis referentes às crianças, o aumento de um ano de idade diminui em 21,90% a chance de a criança frequentar a escola. Crianças do sexo masculino apresentam 14,60% menos chance de frequentar a escola, em relação às mulheres. Por fim, crianças residentes em domicílios beneficiários do Programa Bolsa Família apresentam 112,00% mais chance de frequentar a escola, em relação às crianças que moram em domicílios não beneficiários, corroborando análises de Amaral, Weiss e Monteiro (2012).

Porém, verificou-se, com dados censitários, uma magnitude maior do coeficiente, reafirmando a capacidade da política em agir sobre a manutenção da criança na escola.

O modelo estimado para crianças residentes em domicílios com renda *per capita* de R\$140,00 se refere ao limite oficial de elegibilidade do Programa Bolsa Família em 2010. As variáveis apresentam o mesmo comportamento de direção de impacto e significância estatística do modelo anterior. O aumento de um morador no domicílio diminui a probabilidade de a criança frequentar a escola em 6,60%. Quando o domicílio onde vive a criança tem rede de água canalizada, a chance de essa criança frequentar a escola aumenta em 24,50%, em relação àquelas que não possuem água canalizada. A existência de energia elétrica aumenta a chance de a criança frequentar a escola em 84,80%. Morar em área urbana reduz a chance de a criança frequentar a escola em 22,50%, em relação às crianças que vivem na região rural. Verificou-se que uma criança residente no Nordeste possui 23,80% mais chance de frequentar a escola, quando comparada a uma criança do Sudeste. Uma criança da região Sul possui 27,60% mais chance de frequentar a escola, em relação à categoria de referência.

Entre as variáveis de características da mãe, o fato da mãe ser chefe do domicílio diminui em 16,20% a chance de a criança frequentar a escola. A variável de cor/raça da mãe não apresentou significância estatística. Crianças de mães com ensino fundamental completo ou médio incompleto possuem 31,60% mais chance de frequentar a escola, em relação às crianças de mães sem instrução ou com fundamental incompleto. Esses percentuais positivos são de 66,30% para crianças de mães com ensino médio completo ou superior incompleto e de 40,8% para crianças de mães com ensino superior completo. Com relação à idade da mãe, verifica-se que crianças de mães de até 24 anos apresentam 80,30% menos chance de frequentar a escola, em relação às crianças com mães de idade de 25 a 34 anos. Esses percentuais negativos são de 23,20% para crianças de mães de 35 a 49 anos e de 45,10% para crianças de mães de 50 anos ou mais. Quanto ao tempo de residência, crianças de mães que residem de 0 a 4 anos no domicílio apresentam 29,60% menos chance de frequentar a escola, em relação às crianças de mães que residem há 10 anos

ou mais no domicílio. Em domicílios em que a mãe reside de 5 a 9 anos, as crianças possuem 45,10% mais chance de frequentar a escola, em relação a categoria de referência. Em relação ao tempo trabalhado, crianças de mães que trabalham de 1 a 20 horas por semana apresentam 39,90% mais chance de frequentar a escola, em relação às crianças de mães que não trabalham. Esses percentuais positivos são de 41,90% para crianças de mães que trabalham de 21 a 39 horas por semana e de 16,90% para crianças de mães que trabalham 40 horas ou mais por semana.

Quanto às variáveis referentes às crianças, observou-se que o aumento de um ano na idade diminui em 22,60% a chance de a criança frequentar a escola. Crianças do sexo masculino têm 18,00% menos chance de frequentar a escola do que as mulheres. As crianças residentes em domicílios beneficiários do Programa Bolsa Família apresentam 96,10% mais chance de frequentar a escola, em relação às crianças que moram em domicílios não beneficiários. Tal impacto da política é inferior nesse limite de renda *per capita* domiciliar de até R\$140,00 do que no limite de até R\$70,00.

O modelo para crianças residentes em domicílios com renda *per capita* de até R\$280,00 foi estimado para garantir representatividade amostral em nossas estimativas. Com relação às variáveis do domicílio, aumentar um morador no domicílio diminui em 7,20% a chance de a criança frequentar a escola. Crianças que residem em domicílios com rede de água canalizada apresentam 24,90% mais chance de frequentar a escola. Enquanto isso, crianças residentes em domicílios com iluminação elétrica apresentam 80,30% mais chance de frequentar a escola. Crianças que residem em domicílios com coleta de lixo têm 14,6% mais chance de frequência à escola. Quanto à situação censitária, crianças que residem em áreas urbanas apresentam 19,2% menos chance de frequentar a escola, em relação às residentes em áreas rurais. Em relação à região de residência, crianças residentes no Nordeste possuem 13,20% mais chance de frequentar a escola, se comparadas às que moram no Sudeste. Crianças residentes no Sul possuem 22,10% mais chance de frequentar a escola, em relação à categoria de referência. Observa-se uma mudança em relação aos modelos anteriores. Para os estratos menores da renda domiciliar *per capita*, verificou-se uma magnitude maior de impacto

para as crianças residentes no Nordeste. Talvez isso seja explicado pela maior concentração de domicílios beneficiários do Programa Bolsa Família no Nordeste, o que levaria a um aumento da chance das crianças de frequentar a escola nesta Região. Ao aumentar o limite máximo de renda domiciliar *per capita*, são incluídas crianças de regiões com melhores condições socio-econômicas e, conseqüentemente, que não são favorecidas pelo programa.

Quanto às variáveis da mãe, crianças residentes em domicílios chefiados pela mãe apresentam 17,9% menos chance de frequentar a escola. Talvez isso seja explicado por esses domicílios serem os mais vulneráveis, em que as mães não possuem auxílio do companheiro. Crianças de mães brancas apresentam 3,5% mais chance de frequentar a escola, em relação às crianças de mães negras (pretas ou pardas). Em relação à escolaridade das mães, crianças de mães com ensino fundamental completo ou médio incompleto apresentam 42,70% mais de frequentar escola, em relação às crianças de mães sem instrução ou com ensino fundamental incompleto. Esses percentuais positivos são de 84,00% para crianças de mães com ensino médio completo ou superior incompleto e de 61,30% para crianças com mães com ensino superior completo. Para a variável de idade da mãe, verifica-se mais uma vez que crianças de mães com até 24 anos possuem 81,30% menos chance de frequentar a escola, comparadas às crianças de mães de 25 a 34 anos. Esses percentuais negativos são de 23,90% para crianças de mães de 35 a 49 anos e de 40,80% para crianças de mães de 50 anos ou mais. Quanto ao tempo de residência, crianças de mães que residem de 0 a 4 anos no domicílio apresentam 30,90% mais chance de frequentar a escola, em relação às crianças de mães que residem há 10 anos ou mais no domicílio. Crianças de mães que residem de 5 a 9 anos no domicílio possuem 25,70% mais chance de frequência à escola, em relação à categoria de referência. Em relação às horas trabalhadas, crianças com mães que trabalham de 1 a 20 horas por semana apresentam 37,70% mais chance de frequentar a escola, em relação às crianças com mães que não trabalham. Esses percentuais positivos são de 43,20% para crianças com mães que trabalham de 21 a 39 horas por semana e de 22,40% para crianças com mães que trabalham 40 horas ou mais por semana.

Em relação às variáveis da criança, o aumento de um ano de idade diminui em 23,20% a chance de as crianças frequentarem a escola. Crianças do sexo masculino apresentam 17,20% menos chance de frequentar a escola do que as mulheres. Finalmente, crianças residentes em domicílios beneficiários do Programa Bolsa Família apresentam 88,00% mais chance de frequentar a escola, em relação às crianças não beneficiárias. Em todos os limites de renda *per capita* domiciliar considerados, foi observado que a condicionalidade de educação da política parece ser importante na manutenção das crianças na escola.

5. Considerações finais

O problema de avaliar o Programa Bolsa Família como uma política educacional é que há grandes chances de ele não ser bem avaliado. O programa age sobre a demanda por educação, via suas condicionalidades. Um programa dessa natureza será efetivo se as condições de oferta (sistema escolar e qualidade das escolas) funcionarem adequadamente para as crianças. Se não houver uma oferta adequada de serviços, a maior demanda não causará resultados positivos. Apesar destas dificuldades, testou-se neste trabalho a capacidade da condicionalidade de educação do Programa Bolsa Família manter as crianças na escola. Com base nos modelos de regressão logística estimados, em que há o controle por uma série de variáveis explicativas, pode-se constatar que o recebimento do Bolsa Família aumentou as chances das crianças de 7 a 14 anos frequentarem a escola. Mais especificamente, para o grupo de crianças que residem em domicílios com rendimento per capita de até R\$70,00, o programa aumentou em 112,00% a chance desta crianças frequentarem a escola. Para o limite de renda domiciliar per capita de até R\$140,00, que corresponde ao limite oficial de elegibilidade ao programa, crianças residentes em domicílios beneficiários do Bolsa Família apresentaram 96,10% mais chance de frequência à escola, em relação às crianças não beneficiárias. Por fim, na limite de renda per capita domiciliar de até R\$280,00, crianças pertencentes a domicílios beneficiários do Bolsa Família possuem 88,00% mais de frequentar a escola.

Estes resultados sugerem que a condicionalidade de educação tem sido importante para manter as crianças na escola. Além disso, o próprio benefício financeiro, propiciado aos domicílios pelo Programa Bolsa Família, diminui a necessidade das crianças entrarem no mercado de trabalho para complementarem o rendimento domiciliar, o que pode aumentar a chance de permanência na escola. Os resultados destacam a importância do controle de frequência escolar das crianças beneficiárias do programa, por parte do governo, a fim de aumentar o número de crianças frequentando as escolas. Isso possibilitaria o aumento do nível de escolaridade destas crianças no longo prazo, o que ajudaria a aumentar as chances do rompimento do ciclo intergeracional de pobreza. Além disso, com tais crianças geralmente estudam em escolas públicas, é importante investir na qualidade da educação pública do país.

Em relação às variáveis de capital humano familiar, foi possível observar que uma maior presença da mãe no domicílio, representada por uma jornada de trabalho de 1 a 20 horas semanais, está associada positivamente com a frequência escolar das crianças, nos três limites de renda analisados. Estudos futuros poderão acompanhar a frequência escolar das crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família ao longo dos anos. Seria também importante utilizar bancos de dados que contenham informações sobre o desempenho das crianças nas disciplinas escolares, visto que o Censo Demográfico não possui tais variáveis. Medir o desempenho escolar com provas em nível nacional ou local, assim como identificar variações nos indicadores de defasagem idade-série das crianças beneficiárias e não beneficiárias do Programa Bolsa Família seria uma forma de investigar os impactos sociais, econômicos e educacionais futuros sobre tais indivíduos. Seria ainda importante contar com bancos de dados que possuíssem variáveis contextuais referentes às escolas para inserir com variáveis independentes nos modelos estatísticos.

Referências bibliográficas

AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima; GONÇALVES, Guilherme Quaresma, MONTEIRO, Vinícius do Prado; SANTOS, Ivani José dos; & SANTOS,

- Ana Tereza Pires dos. *Avaliação de Impactos das Condicionalidades de Educação do Programa Bolsa Família: uma Análise com o Censo de 2010*. Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Águas de Lindóia/SP. 2012.
- AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima; WEISS, Christopher; MONTEIRO; Vinícius do Prado. *An evaluation of the impact of the educational conditions of Brazil's Bolsa Família Program*. Trabalho apresentado no 22º Congresso Mundial de Ciência Política da “International Political Science Association” (IPSA), Madri, Espanha, 08 a 12 de julho de 2012.
- BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel & MENDONÇA, Rosane. *Uma Análise das Principais Causas da Queda Recente na Desigualdade de Renda Brasileira*. *Econômica*, vol. 8, nº 1, p. 117–147. 2006.
- BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel & MENDONÇA, Rosane. *Determinantes Imediatos da Queda da Desigualdade de Renda Brasileira*. Texto para Discussão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), nº 1253. 2007.
- BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel & MENDONÇA, Rosane. *A Importância das Cotas para a Focalização do Programa Bolsa Família*. Textos para Discussão da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), nº 238. 2008.
- BEHRMAN, Jere. R.; PARKER, Susan. W.; & TODD, Petra E. *Long-term Impacts of the Oportunidades Conditional Cash Transfer Program on Rural Youth in Mexico*. Discussion Paper of the Ibero-American Institute for Economic Research, nº 122. 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *Le Capital Social: Notes Provisoires*. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, vol. 3, nº 2–3. 1980.
- BRASIL. Cartão Alimentação. Site do Programa Fome Zero (www.fomezero.gov.br). Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil. Acesso em: 04 de novembro de 2012.
- BRASIL. Bolsa Família. Site da Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br). Brasília: Caixa Econômica Federal. Acesso em: 04 de novembro de 2012.

- CAMPBELL, Donald T.; & STANLEY, Julian C. *Delineamentos Experimentais e Quase-Experimentais de Pesquisa*. São Paulo: EDUSP, 1979.
- CARVALHO, Regiane Lucinda; & FONTES, Márcia Barroso. *Avaliação do impacto do Programa Bolsa Família sobre indicadores de escolaridade em Minas Gerais*. Trabalho apresentado no XV Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. 2012.
- CASTRO, Jorge Abrahão de; & MODESTO, Lúcia (Orgs.). *Bolsa Família 2003-2010: Avanços e Desafios*. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), vol. 2. 2010.
- COHEN, Ernesto; & FRANCO, Rolando. *Avaliação de projetos sociais*. 2.ed. Petrópolis: Vozes. 1993.
- HOFFMANN, Rodolfo. *Transferências de Renda e a Redução da Desigualdade no Brasil e Cinco Regiões entre 1997 e 2004*. *Econômica*, vol. 8, nº 1, p. 55–81. 2006.
- IBGE. *Notas metodológicas do Censo Demográfico do Brasil de 2010*. Site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (www.ibge.gov.br). Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Acesso em: 28 de janeiro de 2013.
- JANVRY, Alain; & SADOULET, Elisabeth. *Conditional Cash Transfer Programs for Child Human Capital Development: Lessons Derived from Experience in Mexico and Brazil*. GRADE 25th Anniversary Conference, Investigación, Políticas y Desarrollo. Lima, Peru. 2005.
- NEVES, Jorge Alexandre Barbosa; & HELAL, Diogo Henrique. *Como pode ter dado certo? Insulamento Burocrático, inserção social e políticas públicas no Brasil: o caso do Programa Bolsa Família*. In: M. Fabel e J. A. B. Neves (Orgs), *Gestão e Avaliação de Políticas Sociais no Brasil*, Belo Horizonte, PUC Minas. p. 29–49. 2007.
- NEVES, Jorge Alexandre Barbosa; FERNANDES, Danielle Cireno; XAVIER, Flávia Pereira; & TOMÁS, Maria Carolina. *Políticas de Transferência Direta de Renda, Capital Social e Alcance Educacional no Brasil*. In: M. Fabel e J. A. B. Neves (Orgs), *Gestão e Avaliação de Políticas Sociais no Brasil*, Belo Horizonte, PUC Minas. p. 275-290. 2007.
- OLIVEIRA, Luis Felipe Batista de; & SOARES, Sergei S. D. *O impacto do programa bolsa família sobre a repetência: resultados a partir do cadastro*

- único, projeto frequência e censo escolar. Texto para Discussão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), nº 1814. 2013.
- RAVALLION, Martin; & WODON, Quentin. *Does Child Labour Displace Schooling? Evidence on Behavioural Responses to an Enrollment Subsidy*. *Economic Journal*, vol. 110, nº 462, p. C158–C175. 2000.
- RAWLINGS, Laura; e RUBIO, Gloria. *Evaluating the Impact of Conditional Cash Transfer Programs*. *The World Bank Research Observer*, vol. 20, nº 1, p. 29-55. 2005.
- RIOS-NETO, Eduardo Luiz Gonçalves. *O Impacto do Programa Bolsa Família na Desigualdade de Renda*. 1º Seminário Internacional de Gestão e Políticas Públicas, Belo Horizonte, Departamento de Ciência Política (DCP) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). 2010.
- SANTANA, Jomar Álace. *A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família*. Trabalho apresentado no Seminário População, Pobreza e Desigualdade, realizado em Belo Horizonte – Brasil, de 5 a 7 de novembro 2007.
- SKOUFIAS, Emmanuel; e PARKER, Susan W. *Conditional Cash Transfers and Their Impact on Child Work and Schooling: Evidence from the PROGRESA Program in Mexico*. *Economía*, vol. 2, nº 1, p. 45–96. 2001.
- SKOUFIAS, Emmanuel. *Progresá and its Impacts on the Welfare of Rural Households in Mexico*. Research Report of the International Food Policy Research Institute (IFPRI), nº 139. 2005.
- SOARES, Fabio Veras; SOARES, Sergei; MEDEIROS, Marcelo; & OSÓRIO, Rafael Guerreiro. *Programas de Transferência de Renda no Brasil: Impactos sobre a Desigualdade*. Texto para Discussão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), nº 1228. 2006.
- SOARES, Sergei S. D. *O Programa Bolsa Família: desenho institucional e possibilidades futuras*. *Cadernos INESP*, vol. 2, p. 145-184. 2011.
- SOARES, Sergei; RIBAS, Rafael Perez; & SOARES, Fábio Veras. *Focalização e Cobertura do Programa Bolsa-Família: Qual o Significado dos 11 milhões de Famílias?* Texto para Discussão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), nº 1396. 2009.

Sobre os organizadores e autores

Ernesto Friedrich de Lima Amaral (eflamaral@gmail.com)

Professor Adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) de 2009 a 2014. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (UFG) (1999), mestrado em Demografia pela UFMG (2002), doutorado em Sociologia pela University of Texas at Austin (2007) e pós-doutorado em Demografia pela UFMG (2008). Trabalhou na Fundação João Pinheiro do Governo de Minas Gerais na avaliação de políticas públicas (2008-2009). Seus interesses de pesquisa incluem demografia social, sociologia econômica, avaliação de políticas públicas e metodologia quantitativa.

Guilherme Quaresma Gonçalves (gui.quaresma89@gmail.com)

Mestrando em Ciência Política no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador do Centro de Pesquisas Quantitativas em Ciências Sociais (CPEQS) desde 2013. Possui graduação em Gestão Pública (2012) pela UFMG. Trabalhou no Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Minas Gerais – Herkenhoff & Prates Consultoria (2012). Seus interesses de pesquisa incluem avaliação de políticas públicas, demografia social e cultura política.

Samantha Haussmann Rodarte Faustino (samantha.haussmann@hotmail.com)

Graduada em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (janeiro/2014). Bolsista de Apoio Técnico à Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Trabalhou com avaliação e monitoramento de políticas públicas no Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Minas Gerais – Herkenhoff & Prates Consultoria (2013). Foi assistente administrativo da Prefeitura de Belo Horizonte (2011-2013). Seus interesses incluem demografia social, educação, avaliação e monitoramento de políticas públicas, políticas de transferência condicionada de renda, em especial o Programa Bolsa Família.

Alan Vítor Coelho Neves (alanvcn@yahoo.com.br)

Mestrando em Demografia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Ciências Sociais pela UFMG (2011). Trabalhou como professor de Sociologia no Ensino Médio na rede pública estadual de Minas Gerais (2012) e como sociólogo na Gerência de Coordenação Municipal de Programas de Transferência de Renda da Secretaria Municipal de Políticas Sociais da Prefeitura de Belo Horizonte em avaliação de políticas públicas (2012-2013). Seus interesses de pesquisa incluem demografia, educação, estudos sobre inclusão social e avaliação de políticas públicas.

André Braz Golgher (agolgher@cedeplar.ufmg.br)

Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas e do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Física pela UFMG, especialização em Física pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestrado em Química Orgânica pela UFMG, doutorado em Demografia pela UFMG e pós-doutorado em Economia/Econometria Espacial pela West Virginia University e University of North Carolina at Chapel Hill. Seus interesses de pesquisa incluem econometria espacial, pobreza multidimensional, economia da educação, economia da felicidade e métodos quantitativos em economia.

Bárbara Avelar Gontijo (barbaraavgo@gmail.com)

Mestranda em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Ciências Sociais pela UFMG (2011). Seus interesses de pesquisa incluem demografia formal, demografia social e avaliação de políticas públicas.

Dandara Bispo Pimenta (dandarapimenta@hotmail.com)

Assistente em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desde 2013. Possui graduação em Gestão Pública pela UFMG (2013). Trabalhou no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Censo Demográfico de 2010 como Supervisora de Agente Censitário. Fez estágio

no Centro de Apoio à Educação a Distância (2011-2013). Seus interesses de pesquisa incluem o programa da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em seus aspectos avaliativos e evolutivos.

Daniete Fernandes Rocha (daniel@terra.com.br)

Professora da Faculdade de Estudos Administrativos (FEAD) em Belo Horizonte. Possui graduação em Ciências Econômicas (1982), mestrado em Sociologia (1995) e doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política (2010) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi membro do Laboratório de Pesquisa em Sociologia do Trabalho do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG. É membro de grupo de pesquisa na área de Segurança Alimentar e Nutricional (UENF). Seus interesses de pesquisa incluem: sociologia e economia, com ênfase em mercado de trabalho rural, estratificação/desigualdade social, políticas públicas, gestão/gestão pública.

Fábio César Araújo Costa (fabiogp31@gmail.com)

Assistente Administrativo na Prefeitura de Belo Horizonte. Graduando em Gestão Pública na Universidade Federal de Minas Gerais desde 2010. Trabalhou no Programa Escola Aberta da Prefeitura de Belo Horizonte (2009-2010), no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Vila Coqueiral (2010), na Gerência Regional de Educação da Prefeitura de Belo Horizonte (2011). Seus interesses de pesquisa incluem políticas públicas nas áreas da educação, assistência social e de transferência de renda.

Fabírcia de Almeida Costa (fabriciaacosta@gmail.com)

Supervisora Técnica na Empresa Pólis Pesquisa Ltda. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2012). Seus interesses de pesquisas incluem políticas públicas, metodologias quantitativa e qualitativa aplicadas às ciências sociais e sociologia da educação.

Florence Fiuza de Carvalho (florencefiuza@gmail.com)

Empreendedora pública do Governo do Estado de Minas Gerais. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2006) e mestrado em Sociologia pela UFMG (2011). Seus interes-

ses de pesquisa incluem sociologia, com ênfase em desigualdades sociais, estratificação social e mercado de trabalho.

Gabriel Ávila Casalecchi (gacasalecchi@yahoo.com.br)

Doutorando em Ciência Política no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) (2010) e mestrado em Ciência Política pela UFMG. Seus interesses de pesquisa incluem comportamento político, cultura política, socialização política e confiança nas instituições.

Guilherme Andrade Silveira (guilherme1313@gmail.com)

Graduando em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e estagiário no Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Minas Gerais – Herkenhoff & Prates Consultoria. Seus interesses de pesquisa incluem pós-colonialismo, democracia, multiculturalismo, heteronormatividade e diversidade sexual.

Iara Lima Vianna (iaravianna18@hotmail.com)

Mestranda em Ciência Política no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Ciências Sociais e Formação Complementar em Estatística pela UFMG (2010) e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Administração Pública na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) (2012). Trabalhou como Analista de Pesquisa no Instituto Vetor Pesquisas em Cuiabá (2010- 2012). Seus interesses de pesquisa incluem metodologia de pesquisa, políticas públicas, democracia digital e governo eletrônico.

Isabella Rafael Horta Londe (bellarhlonde@gmail.com)

Graduanda em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Desde 2011, é estagiária da equipe da Auditoria Setorial da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais. Seus interesses de pesquisa incluem teorias democráticas e desenvolvimento econômico, avaliação de políticas públicas e gestão de tecnologias da informação no setor público.

Jorge Alexandre Barbosa Neves (jorgeaneves@gmail.com)

Professor Associado do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Ciências Sociais (1988) e mestrado em Sociologia (1991) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e doutorado em Sociologia pela University of Wisconsin-Madison (1997). Realizou pós-doutorado no Instituto de Pesquisas Sociais (INPSO) da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) (1997). Seus interesses de pesquisa incluem sociologia, economia, análise organizacional, gestão pública, estudos populacionais e métodos quantitativos, com ênfase em mercado de trabalho, desigualdades sociais, processos organizacionais e políticas públicas.

Magna Maria Inácio (magna.inacio@gmail.com)

Professora Associada do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) (1990), especialização em Ciência Política, Análise Política, Teoria e Método pela UFMG (1994), doutorado em Ciência Política pela UFMG (2006) e pós-doutorado pela University of Oxford (2012). Seus interesses de pesquisa incluem democracia, poder legislativo, relação executivo-legislativo, governos de coalizão e presidência, com foco no Brasil e em perspectiva comparada.

Mario Fuks (mariofuks@uol.com.br)

Professor Associado do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (1983), mestrado em Política de Ciência e Tecnologia pela UFRJ (1990) e doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) (1997). Seus interesses de pesquisa incluem ciência política, com ênfase em estudos do poder local, conselhos, meio ambiente, participação política, cultura política e legislativo.

Natália Almeida Fares Menhem (natalia.sukita@gmail.com)

Proprietária da empresa Sustenta Projetos Socioeconômicos desde 2012, organizadora do TEDx BeloHorizonte e embaixadora do TEDx no Brasil.

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Trabalhou na Limiar Engenharia Ambiental. Seus interesses de pesquisa incluem mobilização e inovação social, principalmente por meio de empreendedorismo de impacto.

Pedro Cisalpino Pinheiro (pedrocisalpino@gmail.com)

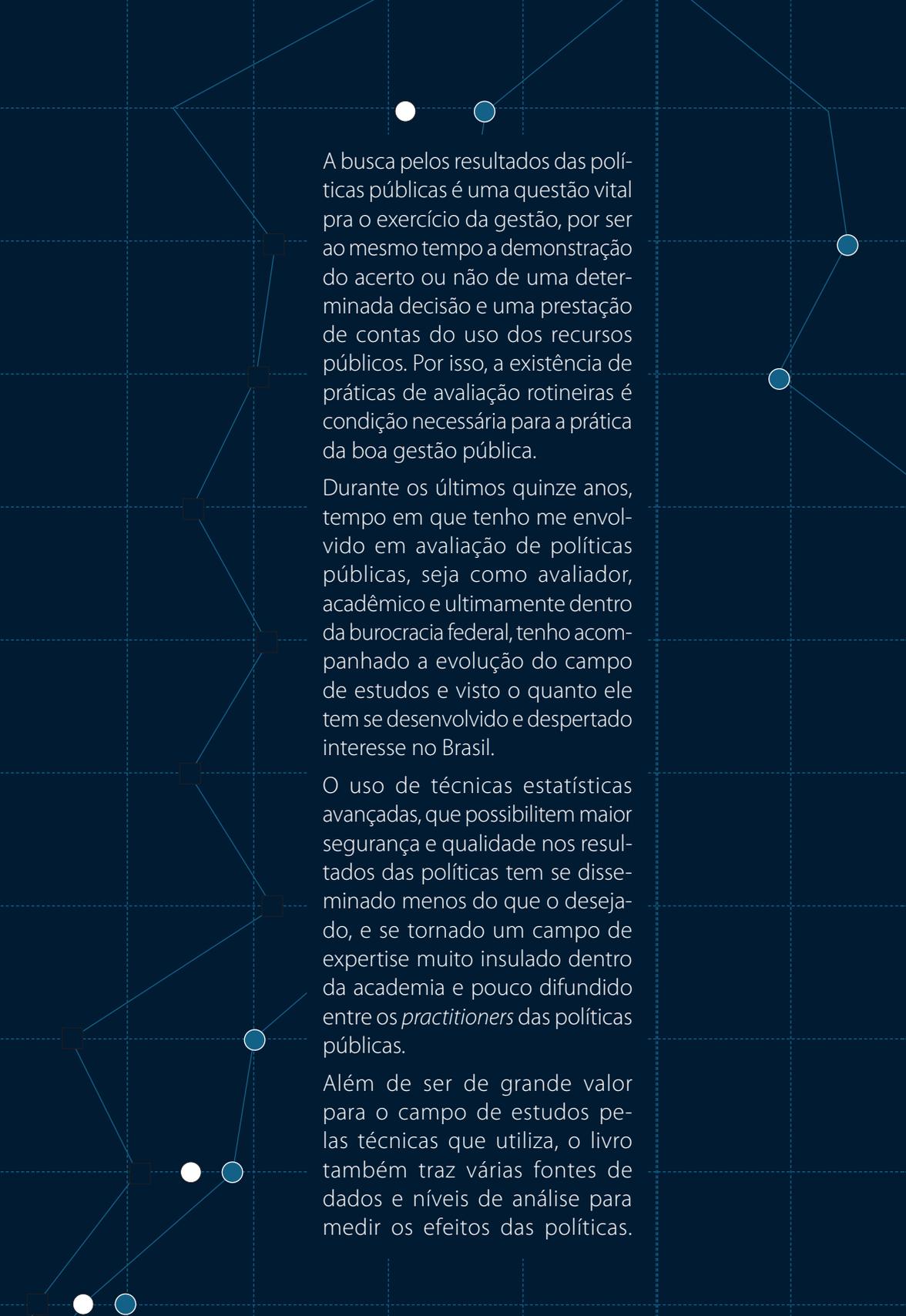
Especialista em políticas e gestão de saúde da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais desde 2007 e graduando em Gestão Pública na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (2005). Seus interesses de pesquisa incluem saúde pública, demografia, saúde e avaliação de políticas públicas.

FINO TRAÇO



EDITORIA

PRODUÇÃO EDITORIAL: Lilian Lopes
CAPA E DIAGRAMAÇÃO: Aline Vasconcelos
REVISÃO DE TEXTOS: Pedro Furtado
REVISÃO DE PROVAS: Cláudia Rajão



A busca pelos resultados das políticas públicas é uma questão vital para o exercício da gestão, por ser ao mesmo tempo a demonstração do acerto ou não de uma determinada decisão e uma prestação de contas do uso dos recursos públicos. Por isso, a existência de práticas de avaliação rotineiras é condição necessária para a prática da boa gestão pública.

Durante os últimos quinze anos, tempo em que tenho me envolvido em avaliação de políticas públicas, seja como avaliador, acadêmico e ultimamente dentro da burocracia federal, tenho acompanhado a evolução do campo de estudos e visto o quanto ele tem se desenvolvido e despertado interesse no Brasil.

O uso de técnicas estatísticas avançadas, que possibilitem maior segurança e qualidade nos resultados das políticas tem se disseminado menos do que o desejado, e se tornado um campo de expertise muito insulado dentro da academia e pouco difundido entre os *practitioners* das políticas públicas.

Além de ser de grande valor para o campo de estudos pelas técnicas que utiliza, o livro também traz várias fontes de dados e níveis de análise para medir os efeitos das políticas.



São usados tanto levantamentos primários quanto secundários, vários deles abertos e de livre uso e manipulação. O uso dessas bases de dados e registros administrativos são uma prática ainda pouco difundida de avaliação de políticas, embora a qualidade e facilidade de seu uso tenha aumentado a frequência de trabalhos que se utilizam desse material.

O que faz do livro uma leitura essencial tanto para acadêmicos quanto para profissionais de governo é a soma dessas características. A iniciativa dos organizadores, ao selecionar trabalhos de alto grau de qualidade técnica, faz de Aplicações de técnicas avançadas de avaliação de políticas públicas um livro que não pode faltar na formação de quem lida com políticas públicas.

Flávio Cireno

Coordenador Geral de Integração e Análise de Informações, Departamento de Condicionalidades, Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O padrão ouro na avaliação de políticas públicas é o experimento aleatório, desenhado antes da implementação de uma dada política, com coleta de dados antes e depois da mesma. Esta metodologia, livre de vieses, apresenta duas deficiências cruciais. Primeiro, possui uma implementação cara. Segundo, sofre de grande resistência por parte dos gestores públicos, que têm dificuldade em aceitar o sorteio de quem será beneficiado por sua política. Quando o método experimental não pode ser aplicado, então os avaliadores devem ser criativos e se contentar com as imperfeições dos vários métodos de natureza quase-experimental. O livro *Aplicações de técnicas avançadas de avaliação de políticas públicas*, organizado por Ernesto Amaral, Guilherme Quaresma e Samantha Hausmann, apresenta vários casos em que esta criatividade é colocada à prova, avaliando diferentes políticas com diversas técnicas de análise observacional (não-experimental). O livro traz um belo elenco de casos e reflete a trajetória de ensino e pesquisa de um excelente acadêmico e seus orientandos.

Eduardo Luiz Gonçalves Rios-Neto

Professor Titular do Departamento de Demografia e Pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

CPEQS

Centro de Pesquisas
Quantitativas em
Ciências Sociais

UFMG

CNPq

Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

FAPEMIG

trabalho ^{coleção} & desigualdade

ISBN 978-85-8054-215-8



9 788580 542158 >